



consciência bancária

Boletim Informativo - Edição Diária - Ano XX



Nº 4203

Segunda-feira

29/07/2013



Campanha Salarial Hoje tem Assembleia Geral

Sindicato dos Bancários de Itabuna e Região convoca todos os empregados em estabelecimentos bancários dos bancos públicos e privados, sócios e não sócios, da base territorial deste sindicato, para a Assembleia Geral Extraordinária que se realizará **hoje (29/07)**, às 18:00(dezoito horas), em primeira convocação, e às 18:15(dezoito horas e quinze minutos), em segunda convocação, para discussão e deliberação acerca da seguinte ordem do dia:

1. Autorizar à diretoria para realizar negociações coletivas, celebrar convenção coletiva de trabalho, convenções/acordos coletivos aditivos, bem como convenção/acordos de PLR e, frustradas as negociações, defender-se e/ou instaurar dissídio coletivo de trabalho, bem como delegar poderes para tanto;

2. Deliberar sobre aprovação da minuta de preacordo de negociação e minuta de reivindicações da categoria



bancária, data-base 1º de setembro de 2013 definida na 15ª Conferência Nacional dos Bancários;

3. Deliberar sobre desconto assistencial a ser feito nos salários dos empregados em razão da contratação a ser realizada;

4. Outros assuntos de interesse da categoria profissional.

Bancárias ganham menos

São inúmeras as desigualdades existentes no Brasil. Uma das mais gritantes está ligada às relações de gênero. Apesar de as mulheres representarem hoje a metade da categoria bancária e, algumas até com nível de escolaridade superior ao dos homens, elas continuam com salário 25% menor do que o deles. Os números do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) mostram que o salário inicial da mulher é de R\$ 2.479,92, contra R\$ 3.290,43 do homem. Quando são desligadas, a remuneração média das bancárias é de R\$ 3.713,43, contra R\$ 5.314,74 dos bancários. Ou seja, 30% menor. As desigualdades também são percebidas nos cargos mais altos do banco. No Itaú, por exemplo, os executivos da diretoria, a maioria homens, recebem em média R\$ 9,05 milhões por ano, o equivalente a 234,27 vezes o que ganha o bancário. No Santander, a situação é a mesma. Um diretor recebe R\$ 5,6 milhões anualmente, 145,64 vezes o salário de um caixa. No Bradesco, que paga R\$ 5 milhões anuais para o alto escalão, a diferença é de 129,57 vezes. Um absurdo! Fonte: Seeb Ba

PLANTONISTAS DE HOJE

Manhã: **Uilton**

Tarde: **Etinger**

SANTANDER

Reunião hoje para debater reivindicações

A política de arrocho do Santander tem afetado cada vez mais a saúde dos funcionários. Muitos estão afastados ou em processo de afastamento por conta das metas, do assédio moral, insegurança e da sobrecarga, intensificada com as demissões.

As condições de trabalho nas agências do banco são péssimas e até os clientes sentem. As filas são constantes e a espera é longa. A situação piorou depois do aumento das dispensas, em 2012. Tudo isso faz do Santander o líder em queixas no Banco Central.

O Santander, no entanto, se comprometeu a apresentar o programa de reabilitação antes de iniciar a implantação, uma das reivindicações dos funcionários. De acordo com o diretor da Federação da Bahia e Sergipe, José Antônio dos Santos, presente no fórum, os bancários estão mobilizados para que a pauta específica seja atendida. Inclusive outros itens da minuta serão discutidos na reunião do Comitê de Relações Trabalhistas, hoje, (29/07), às 14h.

Terceirização: a ameaça que também vem do Senado Federal

Tramita no Senado Federal o PLS 87/10, do ex-senador e atual deputado federal Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que regulamenta a contratação de serviços de terceiros. O projeto recebeu parecer favorável na forma de substitutivo na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na última quarta-feira (17). A data coincide com o último dia dos trabalhos legislativos, antes do recesso parlamentar.

E tal qual o relatório Arthur Maia (PL 4330), a proposta de Azeredo mantém a possibilidade da 'pejotização'.

Três curiosidades chamam atenção em relação a este projeto. A primeira é que a matéria ficou mais de dois anos sem parecer, tendo como última relatora, a senadora Kátia Abreu (PSD-TO). Tanto na Câmara quanto no Senado, o conteúdo converge com as premissas patronais.

A segunda é que a matéria somente será apreciada na CCJ, em decisão terminativa. Ou seja, sendo aprovada e não havendo recurso vai para a Câmara dos Deputados.

E a terceira é o descumprimento do acordo de interrupção na tramitação de matérias relacionadas ao tema, já que as centrais sindicais discutem em conjunto com o governo, o setor empresarial e o Legislativo, no grupo quadripartite, o modelo de regulamentação da terceirização.

Observem que não se trata de uma coincidência este parecer igual ao do projeto na Câmara. Trata-se, pois, de uma articulação da bancada empresarial que fecha o cerco em torno do tema e dificulta mais ainda uma negociação em bases razoáveis, do ponto de vista do movimento sindical.

Parecer

O substitutivo nada muda o texto em discussão na Câmara dos Deputados.

Contempla as premissas apoiadas pelo setor patronal como a terceirização na execução de serviços inerentes a qualquer atividade da contratante (meio e fim) e a responsabilidade subsidiária como regra e solidária como exceção.

Fonte: Diap

Abaixo o PL 4330 - Diga Não a terceirização sem limites!